

TÁREK MOYSÉS MOUSSALLEM

REVOGAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Editora Noeses

2005

Localização: 336.2

M933r

Código de barras: STJ00063544



CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M892r

Moussallem, Tárek Moysés, 1973-

Revogação em matéria tributária / Tárek Moysés Moussallem. São Paulo: Noeses, 2005.312p.

ISBN 85-99349-01-5

1. Brasil - Direito Tributário - Revogação. 2. Matéria tributária - Revogação. I. Título

CDU 34:336.2.029.9(81)



SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO	XVII

CAPÍTULO I PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS: CULTURA, REALIDADE, LINGUALIDADE, LINGUAGEM E LÓGICA

1.1 A cultura - ciência cultural e objeto cultural	1
1.2 A linguagem e a realidade	5
1.3 Como fazer coisas com palavras - palavras e ação	10
1.4 Ainda sobre o ato de fala	15
1.5 A análise do discurso - precisando os conceitos	21
1.6 O problema do tempo	27
1.7 O tempo lingüístico	30
1.8 A lógica e a linguagem	34
1.9 Sobre a teoria das classes	40
1.10 Ainda a teoria das classes: Alguns conceitos importantes	44
1.11 Algumas ponderações acerca das premissas adotadas	48

CAPÍTULO II PREMISSAS EPISTEMOLÓGICO-JURÍDICAS

2.1 O direito e a cultura	51
2.2 O direito e a linguagem	56
2.3 Os atos de fala e o direito	60
2.4 Os atos de fala deônticos	68
2.5 A análise do discurso normativo: fontes do direito	73
2.6 O direito e o tempo	83
2.7 O direito e a lógica - lógica das proposições normativas e lógica deôntica	91

CAPÍTULO III PROBLEMAS DE TEORIA GERAL DO DIREITO

3.1 Qual o objeto de estudos da ciência do direito?	99
3.2 Sobre a definição do conceito de norma jurídica	104
3.3 A classificação das normas jurídicas - uma nova visão	109
3.3.1 A classificação dos enunciados prescritivos - S ₁	110
3.3.2 A classificação das significações isoladas - S ₂	115
3.3.3 A classificação das normas jurídicas - S ₃	118
3.4 O sistema do direito positivo e o ordenamento jurídico	125

Localização: 336.2

M933r

Código de barras: STJ00063544



3.5 A validade e a teoria dos atos de fala - problemas	134
3.6 A questão da vigência	143
3.7 A eficácia, a incidência e a aplicação	150
3.8 O intervalo de subsunção, o tempo do efeito, o intervalo de validez e o intervalo de vigência	154
3.9 O problema da hierarquia normativa	157

CAPÍTULO IV SOBRE A REVOGAÇÃO

4.1 Revogação como conceito multívoco	167
4.2 Da revogação-enunciação à revogação-enunciado-enunciado	171
4.3 Revogação e "não-dever-ser"	176
4.4 Relação entre revogação, validade, vigência e aplicação	181
4.5 Revogação e incompatibilidade entre normas	190
4.6 Revogação e o princípio <i>lex posterior derogat priori</i>	194
4.7 Promulgação e publicação: qual dos dois elementos serve para identificar a lei posterior e a lei anterior?	202
4.8 Revogação expressa e revogação tácita: a cláusula revogam-se as disposições em contrário"	206
4.9 Ab-rogação e derrogação	213
4.10 Revogação e reprivatização - a reprivatização como mito	219
4.11 Revogação e indeterminação do sistema: qual norma foi revogada?	225
4.12 Revogação e anulação - a possibilidade de anulação de norma revogada	232
4.12.1 A declaração de inconstitucionalidade e a (im)possibilidade de "reprivatização" da lei anterior	238
4.12.2 O § 2º do art. 11 e o art. 27 da Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999	244
4.13 Costume e revogação	246

CAPÍTULO V ALGUNS CASOS CONCRETOS DE REVOGAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

5.1 Leis temporárias, caducidade e revogação: o problema da lei n. 10.451, de 10 de maio de 2002	249
5.2 O caso da equivocada "prorrogação da vigência" da cpmf	257
5.3 O caso da lei complementar n. 116/2003 e a tributação das sociedades uniprofissionais: está revogado o art. 9º do decreto-lei n. 406/1968	263
5.4 A Cofins e as sociedades civis prestadoras de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente	

Localização: 336.2

M933r

Código de barras: STJ00063544



regulamentada registradas no registro civil: poderia a
isenção concedida por lei complementar ser revogada
por lei ordinária?

171

BIBLIOGRAFIA

279

